

A CÚRIA PAPAL: DE ROMA PARA AVIGNON (c. 1250-1350)

Fátima Regina Fernandes*
 Universidade Federal do Paraná (UFPR)
 Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED-UFPR), Brasil
 Rafael de Mesquita Diehl**
 Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED-UFPR), Brasil

Algunos estudiosos del Papado en Avignon ya apuntaron, en los siglos XIX y XX, que la separación de los papas de Roma era una realidad frecuente ya en la segunda mitad del siglo XIII, debido a los conflictos políticos internos de la Italia que se reflejaban en el ambiente de la Curia y del *Patrimonium Petri*. Por otro lado, estudios recientes apuntan la importancia de la reorganización de la Curia efectuada por los sumos pontífices residentes en Avignon. El objetivo de ese artículo es analizar el proceso de transferencia de la Curia pontificia de Roma para Avignon a partir de cuatro elementos: 1) la alianza entre el papado y la casa franco-angevina; 2) la influencia de los conflictos de la aristocracia italiana dentro de la Curia Romana; 3) el conflicto de los papas con el reino de Francia y el Imperio; 4) el deseo de los papas de mayor centralización de las estructuras eclesíásticas.

Palabras clave: Papado Medieval- Curia Pontificia- Avignon

THE PAPAL CURIA: FROM ROME TO AVIGNON (ca. 1250-1350)

Some scholars who studied the Papacy of Avignon during the 19th and 20th centuries have already pointed that the popes departure from Rome was a frequent reality by the second half of the 13th century, due to internal political conflicts that affected the *Curia* and the *Patrimonium Petri* environments. On the other hand, recent studies have pointed the relevance of the *Curia* reorganization made by the Supreme Pontiffs who resided in Avignon. The goal of this article is to analyse the transference process from the pontifical *Curia* from Rome to Avignon, considering four elements: 1) the alliance between the Papacy and the Franco-Angevin House; 2) the influence from the conflicts of the Italian aristocracy inside the Roman *Curia*; 3) the conflict of the popes against the Kingdom of France and the Empire; 4) the popes' desire to centralize the ecclesiastical structures.

Keywords: Medieval Papacy- pontifical Curia- Avignon

Artículo Recibido: 10 de Abril de 2017

Artículo Aceptado: 3 de Mayo de 2017

* E-mail: lxago@hotmail.com

** E-mail: rafael.diehl@gmail.com

Quando estudamos o conflito entre o Papa Bonifácio VIII e o rei Filipe IV, o Belo da França na passagem do século XIII para o século XIV e damos seguimento aos pontificados subsequentes que resultam (após o curto pontificado de Bento XI) em um distanciamento do Papa e sua Cúria de Roma para a cidade francesa de Avignon, somos tentados a entender que houve no início do século XIV não só um enfraquecimento do ideal de supremacia do poder papal sobre os poderes seculares dos monarcas mas também uma submissão do Papado aos interesses da monarquia francesa. Essa visão, entretanto, é baseada em percepções particulares de algumas fontes que viam de forma negativa a permanência do Papa e sua Cúria em Avignon, bem como por mentalidades modernas posteriores que projetavam para o período medieval sentimentos nacionais que, àquela época eram ainda bastante embrionários e fragmentados.

Antes de analisarmos o contexto histórico, cumpre dizer que a visão de um Papado sob “cativeiro” da monarquia francesa apresenta alguns equívocos: 1) Avignon não era uma cidade francesa; 2) não houve uma transferência da Sé pontifícia, mas apenas da residência do Papa, que continuou ostentando o título de Bispo de Roma; 3) os conflitos internos da Itália influenciaram trajetória do Papado durante a Idade Média tanto quanto seus embates com os poderes do Imperador e dos reis.

O Papado vivera na passagem do século XII ao XIII o auge do ideal de *Plenitudo Potestatis* sob o pontificado de Inocêncio III (1198-1216). A atuação de Inocêncio III pautou-se principalmente no uso dos instrumentos teóricos do Direito Canônico, no apoio às ordens mendicantes e na intervenção entre os reinos cristãos. Entretanto, a intervenção do mencionado papa nas disputas sucessórias à coroa do Sacro Império Romano favoreceu

um monarca que buscou rivalizar com o Sólido Pontifício a tutela da *Christianitas*: Frederico II (1220-1250), da dinastia dos Staufen.¹ Frederico II concentrava em suas mãos a coroa imperial e a coroa da Sicília², sendo esta última em tese na condição de vassalo da Sé Apostólica.³

O apoio do Papado à subida de Frederico ao trono imperial estava alicerçado em um acordo no qual, uma vez obtida a coroa do Império, o monarca germânico deveria renunciar ao trono siciliano em favor de seu filho. O objetivo era claro: tratava-se de impedir que os territórios pontifícios ficassem cercados a norte e sul pelo imperador Staufen. Para os papas, o Império era visto como o primeiro dentre os reinos cristãos cujo monarca devia atuar como um braço armado da Igreja, empregando a espada contra os inimigos da Cristandade, protegendo especialmente a Sé Romana. Ao Papado não interessava a derrocada do Império, porém também não interessava um aumento nos poderes e domínios do imperador.⁴

Frederico II rompeu o acordo com o papa, mantendo a coroa da Sicília após receber o diadema imperial. Esse foi o primeiro ato de discordância que o imperador teve com o Papado. Mas também a concepção que Frederico tinha de seus poderes e atribuições como detentor do Império diferia consideravelmente da concepção que lhe fora inculcada pela educação eclesiástica sob tutela de Inocêncio III. Frederico e os juristas e homens de saber

¹ Inicialmente o papa Inocêncio III havia apoiado a candidatura imperial de Otto de Brunswick, da família Welf (representado na Itália pelo grupo dos Guelfos), que foi eleito imperador como Otto IV em 1201. Ao vencer seus inimigos dentro das terras germânicas, Otto IV tentou retomar as terras as quais os Welf haviam sido despojados pelo imperador Lotário III Hohenstaufen, bem como tentou se apoderar das terras dos Hohenstaufen/Staufen na Itália. As pretensões territoriais de Otto IV foram vistas com maus olhos por Inocêncio III, que passou a apoiar Frederico Staufen à coroa imperial. Otto IV foi derrotado juntamente com seus aliados ingleses, flamengos e bolonheses pelas hostes do rei Filipe II da França na célebre Batalha de Bouvines, no domingo de 27 de julho de 1214. Para tanto vide Loyn, Henry R, *Dicionário da Idade Média*, Rio de Janeiro, Trad. Cabral, Álvaro, Jorge Zahar Editor, 1990, pp. 175-176.

² O Reino da Sicília compreendia então a Itália Meridional e a Ilha da Sicília.

³ Frederico II herdara o trono da Sicília em virtude da união matrimonial de seus pais o imperador Henrique VI (1191-1197) e a rainha Constança da Sicília (1194-1198).

⁴ Os papas consideravam a Sicília como um feudo pontifício ao menos desde o século XI, quando Nicolau II outorgou aos príncipes normandos uma série de territórios da Itália meridional. Naquele turbulento período de Reforma Gregoriana, na qual o Papado tentava impor-se sobre o Império e os poderes seculares bem como estancar o chamado processo de “feudalização da Igreja”, os normandos apareciam na ótica papal como uma alternativa na esfera secular frente ao Sacro Império Romano-Germânico (contrário ao fim da influência laica nas investidas eclesiásticas) e ao Império Bizantino (onde o Imperador e os patriarcados em defesa de suas tradicionais autonomias resistiam à centralização jurídica da Cúria Pontifícia). Para maiores informações sobre os normandos na Sicília, vide: Angold, Michael, *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*, Trad. Santos, Alda Porto, Imago, Rio de Janeiro, 2002, pp. 124-137; Mitre Fernandez, Emilio, *Historia da la Edad Media em Occidente*, Catedra, Madrid, 2008, pp. 303-305. Para a História da Sicília medieval, vide Runciman, Steven, *Las Vísperas Sicilianas*, Reino de Redonda, Barcelona, 2009 (a teoria da Sicília como feudo pontifício é tratada na página 111).

de sua corte atribuíam ao imperador, na qualidade de mantenedor da paz, a faculdade de controlar a Igreja e restringi-la ao foro eclesiástico, já que associavam a intromissão da Igreja em assuntos temporais como uma perturbação da ordem e da paz.

O ponto derradeiro do confronto do imperador Frederico com o Papado aconteceu no Concílio de Lyon em 1245, quando o papa Inocêncio IV (1243-1254) excomungou o monarca germânico após o mesmo ter aprisionado bispos que se dirigiam ao concílio. A excomunhão foi acompanhada da declaração de vacância do trono imperial, o que atizou a cobiça de potenciais pretendentes à coroa, obrigando Frederico a voltar sua atenção aos problemas políticos do reino da Germânia.

Com a morte de Frederico II em 1250 iniciou-se um longo período de interregno do título imperial, o que, entretanto, não fez com que a política papal descursasse do problema que se apresentava com a continuidade da linhagem do imperador Staufen no Reino da Sicília. O testamento de Frederico II havia concedido o reino da Sicília ao seu filho maior dentre os legítimos, Conrado, que à época detinha também o título de “Rei dos Romanos”.⁵ Ao filho legítimo mais novo, Henrique, o imperador havia deixado o reino da Borgonha e o Reino latino de Jerusalém.⁶ O falecido monarca também havia legado ao seu filho bastardo Manfredo, à época com cerca de dezoito anos, o principado de Tarento e terras na Itália Meridional, além do governo da Península até o momento em que Conrado pudesse assumi-lo. O testamento também incluía o bastardo Manfredo na linha sucessória em caso de extinção da linha dos filhos legítimos.⁷

Os grandes nobres do Reino Cristão de Jerusalém rejeitaram o filho mais novo de Frederico como seu rei, reconhecendo Conrado como seu legítimo senhor (apesar de que, naquele momento, o poder fora passado para o rei Henrique I de Chipre e estava sendo exercido na prática pelo rei Luís IX de França que passou um tempo na Palestina após ser resgatado do cativeiro sob o Sultão do Egito. Na Alemanha, não havia consenso entre os nobres sobre o legítimo detentor do título de “Rei dos Romanos”, posto que alguns atribuíam o título à Guilherme de Holanda, nomeado pelo papa em 1248. Por outro lado, Conrado marchou para a Itália em 1251 onde enfrentou oposição do Papado e de seu irmão

⁵ O título de «Rei dos Romanos» era utilizado pelo monarca eleito pelos príncipes germânicos para o trono imperial até o momento da coroação pelo papa, quando recebia o título de Imperador dos Romanos.

⁶ O Reino Cristão de Jerusalém ou Reino Latino de Jerusalém foi fundado em 1099 pelos nobres normandos, germânicos e franceses que participaram da Primeira Cruzada. O Reino findou definitivamente em 1291 com a queda da Fortaleza litorânea de São João d’Acre em mãos mamelucas, embora o título de Rei de Jerusalém continuou sendo usado por alguns monarcas europeus, tendo importância apenas simbólica e nominal.

⁷ Runciman, Steven. *op. cit.*, pp. 70-72.

Manfredo. Em 21 de Maio de 1254, Conrado faleceu de uma forte febre em seu acampamento na Itália meridional. Com a morte do pretendente Staufen ao trono siciliano, restara da linhagem legítima de Frederico II apenas seu filho Conrado II, mais conhecido como Conradino, ainda menor de idade.

A menoridade de Conradino e o conflito de Guilherme de Holanda com alguns arcebispos-príncipes eleitores germânicos foi o responsável pelo prolongamento do grande interregno imperial que se sucedeu à morte de Frederico. Com a morte de Guilherme em 1256, os príncipes eleitores ficaram em um impasse entre dois candidatos externos ao reino germânico: o irmão do rei Henrique III da Inglaterra, Ricardo de Cornualles e o rei Afonso X de Castela. Apesar da coroação de Ricardo em Aachen⁸ e da sua aceitação pela maioria dos príncipes e da nobreza germânica em 1258, não havia de início um apoio formal da parte do Papado ao candidato inglês.⁹

Na Itália o grande conflito deu-se entre os representantes do Papado e Manfredo, que havia se apossado do trono siciliano. Por volta de 1261¹⁰, Manfredo tinha não só o controle direto do Reino da Sicília como também detinha uma forte influência política na Lombardia através da sua política de apoio aos seus aliados gibelinos nas diferentes cidades da região. Além do problema do reino siciliano propriamente dito, havia a disputa pela influência sobre a Lombardia, onde os conflitos internos das cidades entre as facções guelfas e gibelinas misturavam-se aos embates entre a Sé Romana e o Império. A Sé Apostólica sentia-se ameaçada com a presença de um herdeiro de Frederico no trono siciliano, entretanto, havia a necessidade de arrumar um pretendente substituto à coroa, que não estivesse vinculado ao Império (para evitar de os territórios pontifícios ficarem cercados a norte e sul como nos tempos do imperador Staufen. Inicialmente, o papa buscou um candidato entre os filhos do rei da Henrique III da Inglaterra (1216-1272)¹¹, mas por fim

⁸ Em geral considerava-se que para a coroação e unção do Rei dos Romanos ser válida ela deveria ser feita pelo Arcebispo de Colônia na capela palatina carolíngia em Aachen. A coroação imperial era feita pelo papa ou um representante seu na Basílica de São Pedro em Roma.

⁹ Runciman, Steven. *op. cit.*, pp. 72-77.

¹⁰ No mesmo ano, Constantinopla voltava ao controle bizantino, após ter permanecido desde 1204 sob o controle de nobres franco-flamengos da 4ª Cruzada. As disputas pela influência sobre o Mar Adriático, a Península Balcânica e as proximidades da capital bizantina também influenciaram o conflito entre o Papado e Manfredo, que havia feito políticas de aliança matrimonial com a realeza aragonesa e com a nobreza de origem grega dos Balcãs. Além do mais, essas questões políticas influíam nas relações entre a Igreja Romana e a Igreja Bizantina, bastante dificultadas após o saque de Constantinopla pelos cruzados em 1204. Para tanto, vide Runciman, Steven, *op. cit.*, pp. 89-106.

¹¹ A primeira escolha do Papado havia recaído sobre Ricardo de Cornualles, mas este preferiu pleitear o trono imperial. Então a Sé Apostólica buscou a Edmundo, o filho mais novo de Henrique III da Inglaterra. A dificuldade do monarca inglês em custear a guerra e cumprir as exigências de Cruzada e apoio financeiro

a escolha do Papado recaiu sobre Carlos, conde de Anjou e irmão mais novo do rei São Luís IX de França.

Carlos era o filho mais novo do rei Luis VIII de França (1223-1226), tendo nascido pouco tempo após a morte do pai. Havia herdado por testamento o condado de Anjou, na região Oeste do reino francês. Em 1246, o conde de Anjou havia desposado a condessa Beatriz de Provença, assenhorando-se dos ditos territórios, com ricas cidades comerciais. O condado de Provença era território vassalo do imperador romano-germânico, fazendo parte do antigo Reino de Borgonha e Arles, mas gozava de forte autonomia desde o reinado de Frederico II, dado que o mesmo não pudera intervir muito nos ditos territórios devido a seus problemas com o Papado e a nobreza germânica. Carlos buscou ter um mando efetivo sobre o condado provençal, reduzindo as autonomias dos senhores locais e das cidades. Junto ao território do condado, haviam também as cidades de Arles, Avignon e Marselha, que possuíam autonomia jurídica por estarem organizada como regimes comunais, como as cidades do norte da Itália. O apoio destas cidades às revoltas nobiliárquicas contra Carlos de Anjou entre 1247 e 1251 fez com que as mesmas perdessem grande parte de suas autonomias, tendo somente Marselha conservado parte do regime comunal. Em 1262, o conde angevino conseguiu submeter definitivamente a nobreza e as cidades de seus domínios da Provença.¹²

A escolha de Carlos para o reino siciliano devia-se a vários motivos. Carlos já havia sido sondado pelo Papado antes da candidatura de Edmundo mas àquela época o rei Luís IX proibira o irmão de aceitar a coroa siciliana, posto que considerava legítima a herança de Conradino Hohenstaufen. Quando o cardeal francês Jacques Pantaléon, Patriarca Latino de Jerusalém, assumiu o Sólido Pontifício com o nome de Urbano IV em 1261, partilhava das mesmas convicções de seu antecessor Alexandre IV acerca da inviabilidade prática da inserção de Edmundo no trono siciliano. O rei Jaime I de Aragão tinha proximidade com Manfredo e o rei Afonso X de Castela e Leão pleiteava o trono imperial além de haver se aliado com os gibelinos do norte italiano. A proximidade do rei Luís IX com os interesses da Igreja e o fato de Urbano IV ser francês fez com que o dito papa colocasse sua mira em um candidato francês. Como o rei de França havia se negado a assumir o trono siciliano

à Sé Romana acabaram frustrando a candidatura de Edmundo à coroa siciliana. A revogação da concessão da coroa siciliana para Edmundo foi oficialmente sancionada pelo papa Alexandre IV (1254-1261) em 18 de dezembro de 1258. Runciman, Steven. *op. cit.*, pp. 108-122.

¹² Runciman, Steven. *op. cit.*, pp. 123-139.

bem como outorgar a candidatura a um de seus filhos, a escolha recairia sobre o irmão mais novo do monarca.

No ano de 1263 havia sido firmado um acordo entre o papa Urbano IV (1261-1264) e o conde de Anjou, tendo este acordo sido revisado no ano seguinte, abrandando as somas de dinheiro que Carlos pagaria ao papa bem como dando ao conde mais autonomia sobre como organizar suas hostes para a campanha militar. Nesse mesmo ano, a aristocracia dirigente de Roma concedeu ao conde de Anjou o título de Senador, confiando-lhe parte do governo da Urbe. Carlos iniciou o levantamento de dinheiro e homens para sua campanha no ano de 1264, com a ajuda de dízimos eclesiásticos do reino de França e de banqueiros italianos de cidades guelfas, aliadas do Papado. Durante os preparativos faleceu Urbano IV em Perúgia em 2 de outubro. Apesar da divisão entre cardeais pró-angevinos e os partidários à conciliação com Manfredo, o Colégio Cardenalício elegeu no início do ano seguinte o arcebispo-cardeal de Santa Sabina, Guido Fulcois. O novo papa, tomado o nome de Clemente IV (1265-1268), havia sido anteriormente jurista no Languedoc, a serviço dos condes de Tolosa e do conde Afonso, o outro irmão do rei Luis IX de França, o que o fazia bastante próximo da casa régia francesa.

Clemente IV continuou apoiando a Carlos na campanha siciliana. O conde embarcou com suas hostes em Marselha em maio de 1265, chegando a Roma no final do mês, onde foi investido oficialmente como Rei da Sicília por quatro cardeais designados pelo papa. O encontro definitivo entre as forças de Carlos de Anjou e Manfredo deu-se em 26 de fevereiro de 1266, na Batalha de Benevento, onde o monarca Staufen foi morto em combate. O rei declarado da Sicília pelo Papado entrou em Nápoles no dia 7 de março do mesmo ano.

Em 1267, o herdeiro de Frederico II, Conradino, com cerca de 15 anos de idade, tentou reclamar o trono, reunindo membros da nobreza germânica e cavaleiros das cidades guelfas. Foi derrotado no ano seguinte na batalha de Tagliacozzo em 23 de abril pelas forças de Carlos de Anjou. Em outubro, o conde angevino ordenou a decapitação de Conradino em Nápoles, extinguindo assim a rivalidade da linhagem dos Staufen à sua posição de rei da Sicília. Por volta da mesma época, houve um levantamento contra o domínio angevino na ilha da Sicília, inflamado por aliados de Conradino e dos gibelinos do norte da Itália. O rei da Sicília conseguiu submeter o levante na ilha em 1270, punindo os responsáveis e

diminuindo as autonomias da ilha, nomeando mais funcionários franceses e provençais para o seu governo.¹³

Apesar do apoio do Papado e de alguns descontentamentos com a política de Manfredo, o rei Carlos da Sicília teve dificuldade no governo da ilha da Sicília, onde a nobreza e magistrados locais entravam em conflito com as práticas dos enviados do rei angevino para realizar a política fiscal na ilha. Segundo Steven Runciman, a política fiscal do monarca e a sua atenção maior às terras continentais geravam descontentamento na população isleña, que também via com antipatia o grande número de funcionários vindos da França e Provença. Além disso, o senhor angevino tinha projetos de domínio mediterrânico que foi cultivando ao longo da década de 1270 paralelamente à extensão de sua influência sobre as cidades da Toscana e Lombardia. Por volta de 1282, além dos títulos de conde de Anjou, Provença, Maine e Forcalquier, e dos títulos de senador em Roma e rei da Sicília, Carlos obtivera também os títulos de rei de Jerusalém e Albânia, a regência de Acaya e a vassalagem do emir muçulmano de Túnis.¹⁴

Alguns sicilianos contrários à Carlos haviam se exilado junto à corte do rei Jaime I de Aragão (1213-1272). Os opositores começaram a conspirar para a derrubada do domínio angevino na Sicília em 1279, com o apoio do rei Pedro III de Aragão (1276-1285), que reivindicava a coroa siciliana devido a seu casamento com Constança, filha de Manfredo. No mesmo ano, o rei aragonês deu seu primeiro golpe no domínio angevino impondo seu próprio candidato ao emirado de Túnis, estabelecendo assim um ponto estratégico de influência no Mediterrâneo.

Em 29 de março de 1282, um pequeno desentendimento entre nobres sicilianos e funcionários franco-angevinos próximo à igreja do Espírito Santo em Palermo produziu um levante anti-angevino no qual vários funcionários do rei da Sicília foram mortos. A matança iniciada ao toque do sino para o Ofício das Vésperas ficou conhecida como “As Vésperas Sicilianas”. Inicialmente buscando formar uma comuna sob proteção papal, a revolta se alastrou pelo reino e recebeu oposição do papa Martinho IV (1281-1285), outrora cardeal Simon de Brie, indivíduo próximo à casa real francesa e à Carlos de Anjou. Em 30 de agosto chegou a frota com as hostes do rei de Aragão. Em meio à guerra contra Pedro III, Carlos de Anjou faleceu em 7 de janeiro de 1285. Em meio a esse impasse, os aragoneses conservavam parte isleña do reino enquanto os franco-angevinos mantinham o controle sobre a parte continental.

¹³ *Ibidem.*, pp. 123-214.

¹⁴ *Ibidem.*, p. 303.

Com o herdeiro de Carlos preso sob os aragoneses, o papa Martinho IV nomeou um regente para o reino, para que o liderasse durante a continuidade da guerra contra Pedro III. Em 10 de novembro falecia o rei Pedro, que legara o reino de Aragão a seu filho mais velho, Afonso III (1285-1291) e a Sicília a seu segundo filho, Jaime I de Sicília (1285-1296)¹⁵. O novo papa, Honório IV (1285-1287), cardeal Giacomo Samelli, buscou em vão uma conciliação para a guerra na Sicília, posto que não cedia no direito de suserania sobre o Reino siciliano. O problema só seria resolvido sob o pontificado do cardeal Benedito Gaetani, papa Bonifácio VIII (1294-1303) com o Tratado de Caltabellota firmado em 1302 entre o rei dominante na parte continental, Carlos II da Sicília (1289-1309) e o rei dominante na parte isleña, Frederico II da Sicília (1295-1337). Por esse tratado, Carlos II mantinha o título de Rei da Sicília e o domínio sobre a parte continental enquanto Frederico II conservava o domínio da ilha da Sicília sob o nome de Reino da Trinácia.¹⁶

Desde a morte do imperador Frederico II em 1250 que o Papado se envolvera no conflito pelo domínio do reino da Sicília, buscando evitar a permanência da herança dos Hohenstaufen bem como impedir que o Império e o reino siciliano tivessem um mesmo monarca. Além do mais, durante a segunda metade do dito século, os papas encontravam-se igualmente envolvidos nas disputas internas das cidades do norte italiano entre as facções guelfas e gibelinas. Durante esse período, a maior parte dos papas permanecera pouco tempo em Roma, tendo preferido residir em outras cidades do *Patrimonium Petri*, como Viterbo, Oviedo, Agnani ou Perúgia.

O desejo de estabelecer um monarca aliado no sul da Península Itálica através da casa de Anjou fizera com que fossem eleitos vários papas de procedência francesa ou provençal, com proximidade com as casas capetíngia e angevina, que buscaram ampliar o número de cardeais franceses, no intuito de também enfraquecer as aristocracias italianas de longa presença no Sacro Colégio. Tudo isso fez com que o Papado criasse um reino no qual esperava ver a figura de um protetor para a Sé Apostólica. Essa aliança papal-angevina logo tornara-se independente das relações que o Papado teria com a casa régia francesa.

Paralelamente à preocupação com a manutenção de seus interesses na Sicília, o Papado buscava reunir em seu seio a Igreja Bizantina além de enfrentar problemas de

¹⁵ Com a morte de Afonso III de Aragão, Jaime assumiu o trono aragonês como Jaime II (1291-1327).

¹⁶ Runciman, Steven. *op. cit.*, pp. 303-409; Housley, Norman, *The Italian Crusades: The Papal-Angevine Alliances and the Crusades against Christian Lay Powers (1254-1343)*, Clarendon Press, Oxford, 2002. A questão da nomenclatura dos reinos pode parecer secundária, mas visava por um lado reconhecer o domínio de facto da linhagem aragonesa sobre a ilha da Sicília, ao mesmo tempo que reconhecia a legitimidade do Reino da Sicília como feudo papal concedido aos monarcas da casa de Anjou.

ordem doutrinária e disciplinar dentro do meio eclesiástico, especialmente na Ordem Franciscana.

O pontificado de Celestino V (julho a dezembro de 1294), apesar de curto, produziu efeitos importantes para a Igreja na passagem do século XIII para o XIV. Em 1292 faleceu o papa Nicolau IV (1288-1292), iniciando-se o conclave de doze cardeais. Tal conclave prolongou-se por dois anos devido ao conflito entre duas poderosas famílias¹⁷ que tinham membros no Colégio Cardenalício: os Colonna, favoráveis a uma política conciliatória entre Aragão e Anjou na Sicília, e os Orsini, partidários do ramo franco-angevino do Reino da Sicília.¹⁸

A família Orsini havia ocupado o pontificado com o cardeal Giovanni Gaetano Orsini, o papa Nicolau III (1277-1280). Entre os cardeais que tomaram parte no conclave de 1292, três eram Orsini (o dominicano Latino Malabranca Orsini, bispo de Óstia e Velletri – decano do Sacro Colégio, Matteo Orsini – diácono de Santa Maria in portico Octaviae, e Napoleone Orsini, diácono de Santo Adriano) e dois eram Colonna (Giacomo Colonna, diácono de Santa Maria in Via Lata e Pietro Colonna, diácono de Santo Eustáquio).¹⁹ Com a divisão dos cardeais votantes entre os candidatos Orsini e Colonna, não

¹⁷ Desde o século XII, havia se formado em Roma um governo comunal (controlado por um Senado sediado no Capitólio) como tentativa de conter o poder das famílias aristocráticas (senhores de terras na região rural de Roma) e tirar o governo temporal da cidade das mãos do Papa. A cidade era dividida em 14 *rioni* (regiões) representadas pelos senadores, embora na prática cada região fosse controlada por uma família aristocrática. Essa situação fazia com que muitas vezes o papa não pudesse controlar ou até mesmo residir em Roma. No final do século XII, havia um frágil equilíbrio de poderes que garantia a eleição dos magistrados pelo *populo* romano, a nomeação de um prefeito pelo imperador e os direitos territoriais nas mãos do papa. Em 1197 o papa Celestino III restringiu o Senado para dois membros, assessorado por um conselho nomeado pelo pontífice. O crescente poder da aristocracia, entretanto, fez com que as políticas aristocráticas e eclesiásticas se misturassem, tendo os conflitos de poder das grandes famílias se refletido no seio do Colégio Cardenalício. Em geral as famílias aristocráticas faziam um esquema de rotação de poder nos diferentes cargos de Roma para a manutenção do status quo. Essas grandes famílias eram: os Savelli (controlavam a região do monte Aventino), os Colonna (controlavam os montes Citorio e Quirinal), os Frangipani (controlavam a região do Palatino), os Orsini (controlavam a região do monte Giordano) e os Pierleoni (controlavam a Ilha do Tibre). A aristocracia, apesar das rivalidades, comumente apoiava-se mutuamente contra estrangeiros ou novas famílias em ascensão. No final do século XIII, a cena política romana era dominada por três famílias: os Orsini (com o controle do norte de Roma), os Colonna (com o controle do leste de Roma) e os Caetani (com o controle da cidade de Agnani e a região de Roma próxima ao caminho para Nápoles, mas possuíam poucas alianças dentro da urbe romana). Para tanto, vide Rollo-Koster, Joëlle, *Avignon and its Papacy, 1309-1417: Popes, institutions, and society*, Rowman & Littlefield, London, 2015, pp. 28-31.

¹⁸ Souza, José Antônio de C. R. de, «A Eleição de Celestino V em 1294 e a crise da Igreja no final do século XIII», *Veritas*, /n. 155, 1994, (481– 498), pp. 481-482.

¹⁹ Os dados sobre os cardeais presentes no conclave encontram-se disponíveis no seguinte endereço: <http://www2.fiu.edu/~mirandas/conclave-xiii.htm>. Acesso em 18 de setembro de 2016, às 18h00.

foi possível obter os dois terços exigidos para a eleição do Romano Pontífice desde as normas instituídas sob Alexandre III (1159-1181).

Devido às epidemias de peste e à instabilidade gerada pela insatisfação dos romanos com a demora da eleição, os cardeais votantes se trasladaram para em 1293 para a cidade papal de Perúgia. Como o rei Carlos II de Anjou da Sicília (1285-1309) havia firmado naquela época um tratado de paz com o rei Jaime II de Aragão, era necessário que houvesse um pontífice eleito para ratificar o acordo, já que o Reino da Sicília era considerado um feudo papal. O rei angevino da Sicília entrou em conflito com o cardeal Benedito Caetani²⁰ ao tentar interferir na eleição pontifícia. Em Morrone, Carlos II visitou o eremita Pedro Angelari, fundador da Congregação dos Eremitas do Santo Espírito (a quem algumas pessoas da época atribuíam-lhe fama de santidade) buscando que o mesmo influenciasse os cardeais a porem um fim ao impasse eletivo. Uma carta do eremita exortando a uma rápida eleição foi lida no conclave pelo cardeal Malabranca Orsini que sugeriu que, visando não favorecer especificamente um dos “partidos” do conclave, fosse escolhido alguém de fora do Colégio cardinalício. O conclave acabou elegendo o próprio eremita Pedro de Morrone.

Eleito em julho de 1294, o eremita tomou o nome de Celestino V e recebeu a sagração episcopal e a tiara papal em Áquila (território do Reino angevino da Sicília) no mês de agosto. Contrariando o desejo dos cardeais, Celestino V fixou residência em Nápoles (cidade da corte régia de Carlos II). O novo pontífice demonstrou proximidade com os interesses da casa de Anjou, ratificando o tratado entre Carlos II e Jaime II, nomeando 7 cardeais franceses e 3 cardeais napolitanos, além de colocar no arcebispado de Toulouse o franciscano Luís de Anjou, filho do Rei da Sicília e discípulo do frade Pedro de João Olivi.

Celestino V havia se aproximado dos Espirituais Franciscanos, permitindo-lhes separarem-se da mais flexível Comunidade franciscana para viver uma interpretação mais estrita da Regra de São Francisco sob uma nova congregação, os Eremitas do papa Celestino. Além do mais, o pontífice tentou reformar a Cúria, impondo maior austeridade aos cardeais. Devido às suas dificuldades com assuntos políticos e administrativos, o Romano Pontífice recebeu de alguns cardeais a sugestão para que renunciasse ao Sólido Pontifício, apesar de tal posição ser contrária aos desejos do Cardeal Matteo Orsini e do rei Carlos II

²⁰ Os Caetani eram uma família originária de Pisa que iniciou sua ascensão política no cenário romano com a eleição do cardeal Giovanni de Gaeta (papa Gelásio II) em 1118. Entretanto, esse papa entrou em conflito com a família dos Frangipani, tendo governado grande parte de seu pontificado no exílio devido à influência da família rival em Roma. A falta de conexões políticas locais fez com que os Caetani se aproximassem dos Orsini no século XIII, consolidando sua posição na Cidade Eterna.

da Sicília. Como o Direito Canônico da época não deixava claro se era possível ou não a renúncia papal, Celestino V consultou o cardeal Cateani, célebre canonista, que lhe apresentou parecer favorável à renúncia, baseando-se no conceito da *Plenitudo Potestatis* papal. No dia 13 de dezembro, o papa renunciou ao ministério petrino.

Onze dias após a renúncia de Pedro de Morrone, Benedetto Caetani foi eleito papa, tomando o nome de Bonifácio VIII (1294-1303). O eremita que ocupara a Sé Apostólica se retirou para o castelo de Monte Fumone, onde viveu até sua morte em 1296. Quanto ao novo papa, logo após assumir a tiara pontifícia, revogou todos os privilégios concedidos por Celestino V, obrigando os Espirituais que haviam integrado a congregação dos Eremitas do papa Celestino a se reintegrarem à Ordem Franciscana e à obediência aos superiores menoritas. Face a esses acontecimentos, alguns Espirituais questionaram a legitimidade da eleição de Bonifácio VIII, usando-se do fato de o predecessor ser ainda vivo e de a renúncia pontifícia não estar prevista nas normas canônicas.²¹

Bonifácio VIII era um grande defensor da tese de que o papa possuía dentro da Igreja a plenitude do poder, estando acima de qualquer autoridade na terra. Na defesa desses ideais, ele buscou intervir nos conflitos entre os reinos cristãos, como no caso da disputa angevina-aragonesa sobre o Reino da Sicília e no conflito entre o rei Eduardo I da Inglaterra (1272-1307) e Filipe IV, o Belo de França (1285-1314). O papa tentou auxiliar a retomada angevina da ilha da Sicília, sem sucesso, mas sua influência no tratado de Caltabelotta em 1302 foi sentida no fato de conservar aos territórios continentais o nome de “Reino da Sicília” (o que reforçaria a tese do reino siciliano como reino papal e a legitimidade da casa angevina instalada pelo Papado) e na cláusula que reconhecia a ocupação da ilha siciliana por Frederico de Aragão, mas não estendia esse reconhecimento aos futuros herdeiros do mesmo²².

Os desentendimentos entre Bonifácio VIII e o rei Filipe IV de França iniciaram-se em 1296, quando o papa promulgou a bula *Clericis Laicos*, condenando a taxaço do clero promovida pelos monarcas inglês e francês para custearem a guerra entre os mesmos, iniciada em 1294 com a invasão francesa na Gasconha, território feudal do rei da Inglaterra na condição de vassalo da Coroa francesa. A bula reiterava as normas canônicas do IV Concílio de Latrão (1215) e outros concílios que proibiam a taxaço do clero exceto em casos específicos sob anuência especial da Sé Romana, o que não havia sido solicitado

²¹ Souza, José Antônio de C. R. de «A Eleição de Celestino V em 1294 e a crise da Igreja no final do século XIII», *Veritas*, /n. 155, 1994, (481- 498), pp. 481-486.

²² Housley, Norman, *op. cit.*, pp. 22-23.

pelos monarcas beligerantes. Filipe IV respondeu proibindo a saída de moedas e metais preciosos do reino, o que impedia a chegada dos dízimos eclesiásticos em Roma.

No ano de 1297 alguns prelados franceses, devido ao prolongamento da guerra contra Eduardo I, solicitaram ao Sumo Pontífice a permissão para tributação. Envolvido em conflitos com famílias poderosas da aristocracia no seio do Sacro Colégio, o bispo de Roma autorizou a taxaço por meio da bula *Coram illo fatemur*. Outro elemento dessa reconciliação entre o detentor da Cátedra Petrina e o rei da França foi a canonização de Luís IX, avô de Filipe IV. Bonifácio VIII praticou uma política nepotista, favorecendo parentes com a aquisição de bens, fortalezas e terras, o que fez com que a família Caetani se tornasse um grupo importante na aristocracia rural italiana. A aliança dos Caetani com os Orsini em prol da política angevina na Itália fez com que Bonifácio VIII entrasse em conflito com a família Colonna, importante membro da aristocracia urbana de Roma, que por vezes apoiava grupos gibelinos no norte da Itália.²³

Em maio de 1297, o conde Estêvão Colonna apoderou-se do tesouro dos Caetani que estava sendo transportado de Anagni em direção a Roma. Além de exigir explicações dos cardeais Colonna, o Romano Pontífice solicitava a retratação e entrega do conde Estêvão para julgamento e que a posse de algumas propriedades dos Colonna fosse entregue à Sé Romana. Apesar de terem devolvido os bens da família Caetani, os Colonna não deram resposta às demais exigências do papa. Entretanto, nos dias 10 e 16 de maio, os cardeais Giacomo Colonna e Pietro Colonna publicaram dois manifestos em que acusavam, respectivamente, o papa de ilegitimidade devido à invalidade canônica da renúncia de Celestino V e dos crimes de simonia e homicídio (atribuíam a morte de Celestino V em sua reclusão às artimanhas de Bonifácio VIII). Tais manifestos, apoiados pelo frei Jacopone de Todi e parte dos Espirituais franciscanos ressentidos com a revogação dos privilégios de Celestino V sob seu sucessor, apelavam a um Concílio Geral para julgar a conduta do papa Caetani.

Bonifácio VIII respondeu com a excomunhão e destituição do cardinalato dos dois Colonna, acusando-os de cismáticos. Com um terceiro manifesto atacando a arbitrariedade do papa no governo eclesial por parte dos Colonna, houve um manifesto no sentido contrário, de 19 cardeais reconhecendo a legitimidade do papa vigente. Além disso, o bispo de Roma também ordenou a tomada dos territórios dos Colonna e o confisco de seus bens.

²³ Souza, José Antônio de C. R. de «A Eleição de Celestino V em 1294 e a crise da Igreja no final do século XIII», *Veritas*, /n. 155, 1994, (481- 498), pp. 486-498; Souza, José Antônio de C. R. de, «A Gênese do Conciliarismo», *Leopoldianum*, /n.21, 1981, (15-37), pp. 23-24.

No ano 1299, os cardeais Colonna conseguiram guarida no reino de França, o que reascendeu o conflito entre o papa e Filipe IV.

Em 1301, o pontífice enviou como legado junto ao rei de França o bispo de Pamiers, Bernard Saisset, para solicitar o fim da taxaçoão do clero autorizada anteriormente. Após regressar para sua diocese, o bispo que não possuía boas relações com Filipe IV foi intimado no mês de outubro a comparecer ao tribunal régio e teve seus bens confiscados pela Coroa. Contudo, a norma canônica determinava que um clérigo deveria ser julgado por um tribunal eclesiástico e não pela justiça régia. O Sumo Pontífice reagiu publicando duas bulas: uma revogando a concessão de taxaçoão sobre o clero dada ao rei da França em 1297 (bula *Salvator Mundi*) e outra censurando a interferência do rei da França na esfera eclesiástica (bula *Asculta fili*). Bonifácio VIII igualmente anunciava intenção de promover um sínodo no ano seguinte para ouvir as queixas dos súditos do rei caso ele não mudasse de conduta.

Filipe IV reagiu de duas formas: de forma indireta, por meio de seus conselheiros, o rei fez circular documentos falsos atribuindo à Bonifácio VIII um discurso agressivo contra o monarca e o reino, na intenção de colocar a opinião de parte dos franceses contra o pontífice; e de forma direta convocando os Estados Gerais em 1302 na catedral de Notre-Dame de paris, onde discutiria junto aos representantes do Clero, da Nobreza e do Povo de França formas de barrar a intromissão do Papado nos assuntos do reino. Em novembro de 1302, o papa respondeu com a bula *Unam Sanctam*, que afirmava a supremacia papal e a necessidade de submissão ao Pontífice Romana para a salvação da alma.

Apoiado pelos juristas leigos de sua corte, por parte dos Espirituais franciscanos e pelos Colonna, Filipe IV reuniu uma assembleia de clérigos e leigos em março de 1303 onde o papa foi acusado de vários princípios e os partidários do rei francês apelavam à convocação de um Concílio Geral para julgar Benedetto Caetani. No início de junho, o chanceler régio francês Guillaume Nogaret e Sciarra Colonna (irmão de Pietro, um dos cardeais depostos por Bonifácio) foram à Itália tentar render o papa pela força. Na mesma época, o rei de França convocara uma assembleia no Louvre com eclesiásticos, nobres e doutores universitários onde se renovou o apelo a um Concílio Geral para julgar os supostos crimes imputados ao Romano Pontífice.

Em setembro de 1303, Bonifácio VIII faleceu, pouco após o chamado «Atentado de Anagni», onde o papa foi sequestrado por Nogaret e Sciarra. Alguns atribuíram a morte do

papa ao tratamento dado pelos apoiantes de Filipe IV durante o episódio em Anagni.²⁴ No dia 22 de outubro foi eleito papa o cardeal Niccolò di Boccasio, da ordem dos dominicanos, que tomou o nome de Bento XI (out/1303 – jul/1304).

Bento XI buscou uma política de conciliação, absolvendo o rei Filipe IV e os Colonna das penas impostas por Bonifácio VIII, apesar de não restituir a dignidade cardinalícia a Pedro e Giacomo. Por outro lado, Guillaume de Nogaret e Sciarra Colonna, pelo atentado de Anagni foram excomungados e intimados a comparecerem em julgamento. Bento XI faleceu em julho de 1304, sob suspeita de envenenamento a mando de Nogaret.²⁵

O conclave que se seguiu a morte de Bento XI, reuniu-se em 18 de julho de 1304, apresentando novamente uma profunda divisão entre os 19 cardeais votantes. Ainda privados do cardinalato dada a deposição promulgada por Bonifácio VIII, Pietro e Giacomo Colonna não puderam tomar parte na eleição pontifícia, mas dessa vez a divisão dava-se dentro da própria família Orsini. O cardeal Matteo Rosso Orsini, diácono de Santa Maria in Portico, liderava os cardeais que queriam manter a política combativa de Bonifácio VIII, exigindo uma reparação ao Atentado de Anagni. Napoleone Orsini, sobrinho do mencionado cardeal, liderava o grupo pró-francês que apregoava a necessidade de uma rápida conciliação com o rei Filipe IV.

Após quase um ano de impasse, a escolha recaiu sobre o arcebispo de Bordeaux, Bertrand de Got, um jurista e canonista oriundo da nobreza gascã. Além de ser um elemento considerado aceitável tanto pelo rei de França quanto pelo rei de Inglaterra, Bertrand também era visto como um candidato alheio aos conflitos intestinos da aristocracia romana, haja visto também não ser membro do Colégio dos Cardeais. Eleito em 5 de junho de 1305, o arcebispo gascão tomou o nome de Clemente V (1305-1314) e foi coroado com a tiara em Lyon, na presença do rei Filipe IV e sua corte.

Devido à necessidade de selar a paz entre a França e a Inglaterra para poder convocar uma cruzada, além do desejo de convocar logo um concílio e da piora de sua saúde, Clemente V decidiu estabelecer-se temporariamente nas terras do Condado Venaissino. O mencionado senhorio havia se tornado feudo papal em 1274 por doação do

²⁴ Souza, José Antônio de C. R. de «A Gênese do Conciliarismo», *Leopoldianum*, /n.21, 1981, (15-37), pp. 23-29.

²⁵ Warlon, Martin Augustine. «Pope Benedict XI», *The Catholic Encyclopedia*, 1907. Edição online disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/02429c.htm>. Acesso em 19 de setembro de 2016 às 17h00.

conde Raymond VII de Toulouse. Outro motivo que retardava o retorno do papa à Roma eram os conflitos internos entre a aristocracia italiana e os grupos guelfos e gibelinos.

Com relação à atuação pontifícia de Clemente V, os estudiosos acentuam o seu caráter diplomático e conciliatório. Ao invés da tradicional visão de um fantoche nas mãos do monarca francês, a historiografia especializada no período do Papado em Avignon apresenta o papa gascão como um eclesiástico que buscou uma conciliação com o rei da França sem sacrificar a essência do papado (não condenou postumamente Bonifácio VIII nem revogou seus ensinamentos), além de buscar pacificar as divisões dentro da Ordem Franciscana por meio de suas decisões no Concílio de Vienne (1311-1312).

A partir de 1309, Clemente V passou a residir em Avignon, território angevino. A localização de Avignon facilitava a comunicação pela sua geografia e por estar no cruzamento de diversas estradas e rotas comerciais. Os locais de residência de Clemente indicam uma tentativa de independência face ao monarca francês, dado ambos os locais de estabelecimento do dito pontífice não serem territórios da Coroa francesa, mas pertencentes ao papa ou ao Rei angevino da Sicília, vassalo da Sé Apostólica.

Em 1312, a marcha de Henrique VII em direção à Itália adiou novamente a ida de Clemente V à Roma. Com a piora de sua saúde no ano de 1314, o papa decidiu mudar-se para a sua terra natal, a Gasconha. Logo após cruzar o rio Reno, o pontífice faleceu em Roquemare no dia 6 de abril. O conclave reuniu-se inicialmente em Carpentras, onde encontrava-se a maior parte dos cardeais, dado que o finado papa havia determinado que o conclave deveria reunir-se ou no local de morte do Sumo Pontífice ou no local onde se encontrasse a maior parte da Cúria.²⁶

O conclave reunido em Carpentras em 1314 revelou-se inconclusivo devido às lutas entre as diferentes facções de cardeais italianos, gascões e provençais. Após um ataque de gascões ligados à família do falecido Clemente V em julho, muitos cardeais buscaram refúgio em Avignon, local sob proteção do rei da Sicília. Somente em 1316 o conclave reuniu-se novamente onde, após impasses e discussões foi eleito o cardeal Jacques d'Euse, bispo de Avignon, de 72 anos.

Quando foi eleito papa em 7 de agosto de 1316, Jacques d'Euse, com o nome papal de João XXII (1316-1334) se viu diante de uma primeira oportunidade para a reafirmação do poder papal sobre a Cristandade. Os dois candidatos que disputavam o trono do Sacro

²⁶ Menache, Sophia, *Clement V*, Cambridge University Press, 2002, pp. 13-30; Renouard, Yves, *The Avignon Papacy: the popes in exile (1305-1403)*, Barnes & Noble Books, New York, 1970, pp. 13-31; Rollo-Koster, Joëlle, *op. cit.*, pp. 32-45.

Império Romano desde a morte de Henrique VII em 1314, Luís de Wittelsbach (duque da Baviera) e Frederico I de Habsburgo (duque da Áustria) escreveram ao papa para que se pronunciasse sobre o legítimo detentor da coroa imperial. Em 1317, ao invés de se pronunciar em prol de um ou outro candidato, João XXII declarou por meio da decretal *Si fratrum* que o Império estava vacante, reservando para si o direito sobre a administração das terras imperiais.

No ano de 1318, o papa promulgou a bula *Gloriosam Ecclesiam*, condenando a tese atribuída aos Espirituais Franciscanos sobre a existência de uma Igreja espiritual, pura e autêntica contrapondo-se à Igreja carnal e corrompida da hierarquia eclesiástica. Luís de Wittelsbach venceu seu rival Frederico na Batalha de Mühldorf em 1322, sendo reconhecido por grande parte da nobreza germânica como imperador Luís IV. O monarca bávaro uniu seu exército às forças gibelinas, controlando o norte da Itália a partir da ocupação de Milão. Um novo confronto na Itália adiou o prometido retorno de João XXII à Roma e o pontífice continuou residindo no palácio episcopal de Avignon, que foi reformado para instalar de forma mais assentada a complexa estrutura da Cúria Pontifícia.

Ao mesmo tempo em que se recusava a renunciar ao trono imperial conforme o papa havia determinado na decretal *Si fratrum*, Luís IV abrigou dissidentes franciscanos ligados à corrente dos Espirituais em seus domínios. Ambos os fatos culminaram na excomunhão do imperador em 1323, que foi respondida pelo monarca na forma do manifesto de Sackenhausen, onde o pontífice era acusado de heresia por sua posição acerca da tese da pobreza apostólica. No final do mesmo ano, o Romano Pontífice promulgou a célebre bula *Cum inter nonnullos*, no qual condenava como herética a posição de que Cristo e os apóstolos não haviam possuído nada em comum ou particular, tese essa defendida no capítulo extraordinário da Ordem menorita de 1322.

Em 1325 o imperador bávaro fez um acordo com seu inimigo duque da Áustria após ser derrotado pelas hostes do mesmo em batalha. Frederico de Habsburgo iniciou com o apoio do monarca um processo para tentar uma reconciliação entre o Imperador e o Papa. Nesse mesmo ano, João XXII enviou como seu legado à Itália o cardeal Giovanni Caetano Orsini que conseguiu recuperar ao controle pontifício algumas cidades do norte italiano com a ajuda dos franco-angevinos. Contudo, em 1327 o imperador dirigiu-se pessoalmente à Itália onde recebeu a coroa de ferro em Milão, tendo recebido no ano seguinte a coroa imperial em Roma, das mãos de clérigos e nobres de tendência gibelina.

Diante das portas da Basílica de São Pedro em 1328, Luís IV presidiu uma cerimônia onde João XXII foi declarado herético e o frade Pedro de Corvara foi eleito

antipapa sob o nome de Nicolau V. Entretanto, uma revolta da população romana contra o governo dos representantes imperiais em agosto obrigou o monarca germânico a se retirar da Urbe.

No início de 1329, o antipapa Nicolau V também fugiu rumo ao norte da Itália. Nesse mesmo ano, João XXII encarregou o cardeal franciscano Bertrand de la Tour de presidir o Capítulo da Ordem menorita na condição de vigário provisório da Ordem. Ao mesmo tempo em que o pontífice excomungou o ex-Ministro Geral dos franciscanos Miguel de Cesena e seus apoiadores, o Capítulo elegia o frade Geraldo Odon de Aquitânia, indivíduo próximo ao papa, como novo Geral.

Em 1330, o imperador retornou à Germânia para cuidar dos assuntos internos do Reino após a morte de Frederico de Habsburgo. Quanto à Nicolau V, foi capturado pelos guelfos e levado à Avignon onde, reintegrado à Igreja após retratação pública, ficou encarcerado até sua morte em 1333. Com a morte de seu antigo rival, Luís IV buscou voltar-se mais à política interna da Germânia e à tentativa de negociar uma reconciliação com o papa, dado que grande parte do Episcopado alemão – não obstante seu apoio à política do monarca bávaro – considerava João XXII como papa canonicamente legítimo. O papa respondeu em 1331 dando as suas condições: Luís IV deveria renunciar aos títulos régio e imperial para poder ser absolvido e depois coroado pelo Sumo Pontífice além de expulsar de seus domínios Marsílio de Pádua e os frades franciscanos ligados à corrente dos Espirituais. Em outubro, o imperador apresentou mediante embaixada a sua resposta: aceitava todas as condições exceto a renúncia aos títulos régio e imperial. Nessa mesma época um opúsculo foi redigido (provavelmente pelos franciscanos dissidentes radicados em Munique) visando convencer o imperador a não fazer um acordo com o bispo de Roma.

Entre 1331-1332, João XXII proferiu alguns sermões na Capela Papal no qual afirmava, contrariamente à tese mais comum dentro da Igreja Latina, que as almas dos bem-aventurados após a morte e antes do Juízo Final contemplavam apenas a Humanidade glorificada de Jesus Cristo e não a essência da Santíssima Trindade. Os inimigos do papa usaram esse fato como mais um argumento para acusa-lo de heresia. Dentro do próprio Colégio cardinalício Napoleone Orsini reuniu um grupo para organizar um Concílio Geral com o objetivo de julgar Jacques d'Euse, dirigindo-se igualmente à Luís IV e ao rei Roberto da Sicília angevina (1309-1343) instando-os a uma trégua para facilitar a realização do almejado concílio. Embora Luís IV tivesse se comprometido em 1334 a comparecer com um grupo de bispos alemães para a realização da assembleia conciliar a mesma não chegou a ocorrer devido ao falecimento de João XXII no final do mesmo ano, pouco depois de o

mesmo ter promulgado um documento oficial onde se retratava das teses ensinadas nos sermões da Capela Papal acerca da Visão Beatífica.²⁷

No conclave reunido em 1334 haviam 24 cardeais. Destes, apenas Jacopo Stefaneschi havia participado anteriormente de outra eleição papal. Segundo Jean Favier, os problemas de João XXII em torno da questão sobre a visão beatífica teriam influenciado os cardeais a escolherem um teólogo como novo papa. O escolhido foi o cisterciense Jacques Fournier, bispo de Pamiers. Um dos primeiros atos do pontífice, que tomou o nome de Bento XII (1334-1342) foi promulgar a bula *Benedictus Deus* em 1335, afirmando a tese tradicional de que as almas dos fiéis no Céu contemplam a Deus e não comente a Humanidade de Cristo. Entre 1335 e 1339, Bento XII publica uma série de documentos reformando os regulamentos das ordens cisterciense, beneditina e agostiniana.

Bento XII buscou uma política de conciliação na Itália, reconhecendo o vicariato da família Della Scala em Verona e Vicenza, dos Gonzaga em Mântua, dos Este em Modena e dos Visconti em Milão. No mesmo ano de 1335, o papa enviou 50 mil florins para restauro e reconstrução das Basílicas vaticana e lateranense em Roma. O pontífice expressara seu desejo de retornar a Roma nesse ano, mas foi impedido pelo crescimento das hostilidades entre a França e a Inglaterra, pelos conflitos internos no Sacro Colégio bem como pela insolubilidade do conflito com o imperador Luís IV. Preocupado coma ²⁸ No ano de 1336, o Sumo Pontífice nomeou Jean de Corjordan para a sé de Avignon, adquirindo-lhe um palácio episcopal e apropriando-se oficialmente do palácio anexo à catedral para uso e domínio papal.²⁹ Sob o pontificado de Fournier, houveram tentativas de negociação com o imperador e tentativas de resolver as contendas entre a França e a Inglaterra. As negociações com o Império estagnaram na cláusula que exigia de Luís IV a renúncia ao título imperial, dado que aos olhos do Papado ele era um usurpador por ter sido eleito e coroado de forma alheia às normas da Igreja. Em 1337 iniciou a Guerra dos Cem anos entre as coroas inglesa e francesa.

²⁷ Renouard, Yves, *op.cit.*, pp. 27-38; Rollo-Koster, Joëlle, *op. cit.*, pp. 44-56; Souza, Armênia Maria de, «O Pontificado de João XXII (1316-1334)», Bayona Aznar, Bernardo, Souza, José Antônio de C. R. de (Org.), *Igreja e Estado: Teorias políticas e relações de poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334)*, Axioma, Braga, 2016, pp. 211-253; Souza, José Antônio de C. R. de, *As relações de poder na Idade Média Tardia: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham*, EST Edições, Porto Alegre/Porto, 2010, pp. 11-55.

²⁸ Rollo-Koster, Joëlle, *op. cit.*, pp. 56-59; Wood, Diana, *Clement VI: the pontificate & ideas of na Avignon Pope*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002, p. 44.

²⁹ Wood, Diana, *op. cit.*, pp. 50-51.

Bento XII faleceu em 25 de abril de 1342 em decorrência de gangrena em feridas das pernas. O conclave reunido no mesmo ano foi rápido e elegeu como novo pontífice romano o beneditino Pierre Rogier, arcebispo de Rouen e cardeal de Santi Nereo e Achilleo. Eleito em 7 de maio, Pierre Rogier tomou o nome de Clemente VI (1342-1352) e foi coroado no convento dominicano de Avignon em 19 de maio. Diferente de seus antecessores, o papa Clemente buscou, segundo Rollo-Koster, trazer a glória cultural e espiritual de Roma para Avignon.³⁰ O Sumo Pontífice também modificou a política com relação ao Império. Aproveitando-se do conflito entre as famílias de Wittelsbach e Luxemburgo, Clemente excomungou e destronou novamente Luís IV, apoiando a eleição de Carlos de Luxemburgo, filho do rei da Boêmia, para o trono imperial em 1346. O apoio é condicionado ao afastamento, por parte do novo imperador, dos assuntos italianos, além de ceder mais terras provençais ao Papado.³¹ Em 1347, com a morte de Luís IV, Carlos IV tornou-se imperador incontestado em todo o Império.

Apesar de ter expressado logo após sua eleição o desejo de retornar à Roma em um encontro com uma delegação da Cidade Eterna, Clemente VI empenhou-se em consolidar a posição do papa e da Cúria na cidade de Avignon. De fato, foi nas construções e no embelezamento de Avignon e do seu palácio papal que Clemente empenhou a maior parte do tesouro pontifício de seu tempo.

Em 1347, enquanto Roma encontrava-se efervescente sob uma tentativa de instauração de um regime tribunicio inspirado em uma idealizada visão da política da Roma Antiga pelo notário papal Cola de Rienzo em conflito contra os Colonna que controlavam a cidade, o rei Luís I da Hungria (1342-1382) invadia o reino da Sicília angevina (reino de Nápoles), obrigando a rainha Joana I (1343-1382) a fugir para Avignon com seu marido, Luís de Taranto.³² Clemente VI aproveitou a necessidade de Joana por

³⁰ Rollo-Koster, Joëlle, *op. cit.*, pp. 62-72.

³¹ Como já mencionamos anteriormente, o Condado da Provença, no qual se inseria a cidade de Avignon, era território vassalo do Sacro Império Romano-Germânico. Desta forma, os reis angevinos da Sicília, que desde Carlos de Anjou detinham um reino na Itália meridional, na condição de condes da Provença eram vassalos do Imperador.

³² Joana de Nápoles havia se casado com André, irmão do rei Luís I da Hungria em 1342. Joana fez-se coroar sozinha como rainha, pois pretendia manter o marido como príncipe-consorte, sem poderes de governo. Isso gerou uma divisão dentro do reino entre os partidários de Joana e os partidários de André da Hungria. O papa Clemente VI era inicialmente favorável à causa da rainha, pois temia a influência do reino da Hungria dentro do reino que lhe era vassalo. Com o crescimento das divisões dentro do Reino da Sicília, o papa interviu em 1345 enviando um legado para coroar a rainha e seu marido para que partilhassem os poderes de governo. O plano foi frustrado, pois em 18 de setembro de 1345, às vésperas da coroação, André foi assassinado. Os partidários do falecido nobre húngaro acusaram Joana de ser a mandante e o rei Luís II da Hungria exigiu a deposição da rainha, bem como a transferência da coroa siciliana para si, na condição de

dinheiro para financiar uma expedição militar visando retomar o controle de seu reino e comprou da rainha angevina a cidade de Avignon por 80 mil florins, valor considerado baixo por muitos. Juntamente com a compra, o papa obteve do imperador Carlos IV a suserania e os direitos feudais sobre a cidade, que originalmente competiam ao detentor no Império, na qualidade de suserano do condado provençal. Com o dinheiro da compra da cidade, Joana retomou seu reino, sendo coroada com o marido em 1352 em Nápoles. Em 1349, após ter comprado a cidade de Avignon, o Sumo Pontífice transferiu Jean de Corjordan para outra diocese, deixando a Sé avinhonesa vacante e entregando o governo da mesma a dois vigários-gerais, um para assuntos temporais e outro para assuntos espirituais.

Tendo obtido o controle de fato e de direito sobre a cidade de Avignon e conseguido colocar no trono imperial um monarca aliado dos interesses papais, Clemente VI pode concentrar-se nas negociações entre os reis de França e Inglaterra. Clemente faleceu em 6 de dezembro de 1352.

O conclave que se reuniu em 11 de dezembro de 1352 contava com 25 cardeais. Os cardeais presentes no conclave estavam ressentidos com o pontificado centralizador de Clemente VI e desejavam exercer funções mais amplas no governo da Igreja. Por isso, fizeram circular no conclave uma “capitulação de conclave”, um termo de compromisso a ser assinado pelos cardeais, nos quais o eleito se comprometia a limitar o número de cardeais para vinte, não nomear ou depor um membro do Sacro Colégio sem o consentimento do mesmo, acabar com o nepotismo papal, consultar os cardeais sobre novos subsídios e garantir que os cardeais pudessem se exprimir livremente.

A escolha caiu sobre Étienne Aubert, cardeal-bispo de Óstia (o cardeal desse título desempenhava um papel de protagonismo na liturgia de coroação papal) e experiente administrador próximo à corte francesa, embora de idade avançada e saúde frágil. Eleito dois dias após o início do conclave, o escolhido assumiu o nome de Inocêncio VI (1352-1362). Aubert havia jurado a “capitulação de conclave” de forma condicional, assumindo que o eleito acolheria os termos do acordo naquilo que não contrariasse as leis da Igreja.

Um dos primeiros atos de maior relevância de Inocêncio VI foi o decreto *Sollicitudo pastoralis*, de 6 de julho de 1353, que repudiava o compromisso imposto pelo conclave

irmão do falecido marido da rainha. Receoso de entregar a coroa de seu reino vassalo para a Hungria, Clemente VI procurou ganhar tempo aliando-se aos primos de Joana impondo um compromisso de realizarem um expurgo na corte com o intuito de acalmar os ânimos. A indecisão do Sumo Pontífice a seu favor, provocou o descontentamento do rei húngaro, que invadiu Nápoles entre 1347-1348, obrigando Joana a fugir para Avignon com seu novo marido, seu primo Luís de Taranto.

baseando-se na bula *Ubi periculum* (1274) de Gregório X (1271-1276) que restringia a função dos cardeais em conclave à eleição do papa. O documento argumentava que não havia instância na Igreja que pudesse limitar os poderes do papa. Tal ação visava reforçar o poder do papa e conter os defensores da tese de que os cardeais reunidos substituíam o papa e suas atribuições durante o período de Sé vacante.³³

Com o decréscimo de fundos do tesouro papal sob seu antecessor, Inocêncio VI decidiu centrar suas forças na retomada do controle sobre os territórios pontifícios na Itália, o que possibilitaria o retorno do pontífice à Roma. A Itália encontrava-se fragmentada, haja vista que desde a política inaugurada por Bento XII o Papado havia dado reconhecimento aos *Signori* que governavam como príncipes as cidades comunais do norte da Itália ou como vigários papais alguns territórios pontifícios. Inocêncio confiou a tarefa ao cardeal Gil de Albornóz, um dominicano que era arcebispo de Toledo e havia cursado direito em Toulouse. Além de grande conhecimento jurídico, Albornóz também havia adquirido experiência militar participando das campanhas do rei Afonso XI contra as tropas muçulmanas do Reino de Granada e dos marínidas marroquinos especialmente nas batalhas do Salado em 1340 e de Gibraltar em 1349. Em 1350, Gil caiu em desgraça na corte com a morte do rei Afonso XI, seu protetor e por ter divergência com o novo rei, o que levou o arcebispo de Toledo a buscar refúgio em Avignon, onde foi nomeado cardeal.

Gil de Albornóz utilizou-se de tropas mercenárias, recrutadas entre milícias urbanas com maior experiência militar para iniciar sua campanha em novembro de 1353. Sua estratégia combinava guerra e diplomacia: após derrotar os Signori das cidades ou territórios pontifícios, o cardeal oferecia-lhes de volta alguns poderes ou atribuições sobre o território mediante o prestamento de vassalagem ao Papa e de um pagamento de taxas à Sé Apostólica. Com essa tática, o cardeal-legado conseguiu retomar o controle sobre o *Patrimonium Petri*, unificando a legislação dos territórios do mesmo mediante as *Constitutiones Sanctae Matris Ecclesiae*, também chamadas de “Constituições Egidianas” em 1357. Estava aberto o caminho para o retorno do papa e da Cúria à Roma, o que, entretanto, só ocorreria durante os pontificados seguintes de Urbano V (1362-1370) em 1367 e de Gregório XI (1370-1378) em 1378.

A transferência da Cúria pontifícia (e não da Sé, que continua a ser Roma) por um lado evidencia as fraquezas do Papado em seus próprios territórios, devido aos conflitos políticos entre guelfos e gibelinos na Itália, ao embate com o Império, à necessidade de

³³ Rollo-Koster, Joëlle, *op. cit.*, pp. 75-88.

garantir uma linhagem aliada no trono Siciliano, bem como os conflitos entre a aristocracia romana reverberando nas divisões internas do Colégio dos Cardeais. Entretanto, a transferência do papa e seu aparato administrativo para Avignon também podem ser entendidas como uma estratégia de buscar diminuir a influência das facções romanas do Sacro Colégio na eleição e decisões pontifícias, bem como buscar um território que fosse mais seguro militar e geograficamente.

A localização de Avignon, situada entre as grandes rotas comerciais, favorecia a comunicação e a recolha das taxas para a Sé Apostólica, o que se encaixava com o projeto de ampliar o poder do papa nas decisões da Igreja. Se, por um lado, o papa perdia influência no âmbito “extra-eclesiástico” sobre os monarcas, por outro lado ele ganhava influência no âmbito “intra-eclesiástico”, aumentando os mecanismos de controle sobre nomeações episcopais, tribunais eclesiais e as finanças da Igreja. Nesse sentido, os papas sediados em Avignon sedimentaram a centralização estrutural da hierarquia eclesial em torno do Papado. Ao governar a Igreja com maior possibilidade material de controle do que antes e residindo fora de sua Sé, o papa reforçava a sua pretensão de jurisdição universal.

Bibliografía

Fuentes secundarias

ANGOLD, MICHAEL, *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*, Trad. Santos, Alda Porto, Imago, Rio de Janeiro, 2002.

HOUSLEY, NORMAN, *The Italian Crusades: The Papal-Angevine Alliances and the Crusades against Christian Lay Powers (1254-1343)*, Clarendon Press, Oxford, 2002.

LOYN, HENRY R, *Dicionário da Idade Média*, Rio de Janeiro, Trad. Cabral, Álvaro, Jorge Zahar Editor, 1990.

MENACHE, SOPHIA, *Clement V*, Cambridge University Press, 2002.

MITRE FERNANDEZ, EMILIO, *Historia de la Edad Media en Occidente*, Catedra, Madrid, 2008.

RENOUARD, YVES, *The Avignon Papacy: the popes in exile (1305-1403)*, Barnes & Noble Books, New York, 1970.

ROLLO-KOSTER, JOËLLE, *Avignon and its Papacy, 1309-1417: Popes, institutions, and society*, Rowman & Littlefield, London, 2015.

RUNCIMAN, STEVEN, *Las Vísperas Sicilianas*, Reino de Redonda, Barcelona, 2009.

SOUZA, ARMÊNIA MARIA DE, «O Pontificado de João XXII (1316-1334)», em: BAYONA AZNAR, BERNARDO, SOUZA, JOSÉ ANTÔNIO DE C. R. DE (Org.), *Igreja e Estado: Teorias políticas e relações de poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334)*, Axioma, Braga, 2016.

SOUZA, JOSÉ ANTÔNIO DE C. R. DE, «A Eleição de Celestino V em 1294 e a crise da Igreja no final do século XIII», en: *Veritas*, /n. 155, 1994, (pp. 481–498).

-----, «A Gênese do Conciliarismo», en: *Leopoldianum*, /n.21, 1981, (pp. 15-37).

-----, *As relações de poder na Idade Média Tardia: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham*, EST Edições, Porto Alegre/Porto, 2010.

WOOD, DIANA, *Clement VI: the pontificate & ideas of na Avignon Pope*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002.